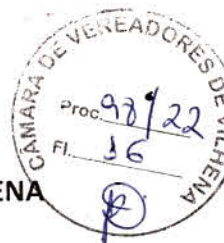




ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
Diretoria Jurídica



Processo Legislativo n.: 098/2022

De: Diretoria Jurídica

Para: Diretoria Legislativa

Assunto: Projeto de Lei nº 6.377/2022

*DIREITO CONSTITUCIONAL E DO
CONSUMIDOR – PROJETO DE LEI ORDINÁRIA
– TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE
CONTA DE ÁGUA PARA LOCATÁRIO NOS
IMÓVEIS SITUADOS NO MUNICÍPIO DE
VILHENA – COMPETÊNCIA ORGÂNICA ART.
30, I, CRFB/88 – INICIATIVA CONCORRENTE
ART. 67, LOM – CONSTITUCIONALIDADE E
LEGALIDADE – PARECER FAVORÁVEL.*

PARECER JURÍDICO n. 47/2022

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo legislativo contendo solicitação de parecer jurídico acerca da regularidade do Projeto de Lei n. **6.377/2022**, de autoria da Vereadora Clérída Alves, que dispõe sobre a transferência da titularidade das contas de água e demais responsabilidades para o nome do locatário de imóveis situados no município.

A minuta do projeto (fl. 02/03) veio acompanhado da respectiva justificativa (fl. 04/05), bem como da certidão de providências adotadas conforme Memorando nº 001/2021/DJ. Após, os autos foram encaminhados a esta Diretoria Jurídica para análise e parecer (fl. 15).

É o resumido relatório. Passo a opinar.

II – INTRODUÇÃO

Preliminarmente, saliento que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do Projeto de Lei em epígrafe, pois incumbe a esta Diretoria prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente **técnica** ou administrativa. Assim, no desempenho da função de consultoria deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade pública sobre a importância da devida motivação de seus atos.

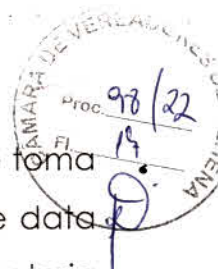
Feitas essas breves considerações, passo a analisar o objeto da matéria e, na sequência, os aspectos quanto à constitucionalidade e legalidade da proposição.

III – DO OBJETO

A propositura em tela tem como intuito evitar transtornos ao proprietário de imóvel que, por inadimplência de terceiro (locatário), obriga-se a quitar os débitos pretéritos assumidos por este. Dessa forma, transferindo a titularidade das contas de água para aquele que efetivamente utiliza o serviço, garante a cobrança pelo Poder Público ao seu legítimo devedor.

IV – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

A constitucionalidade do projeto de lei em questão pressupõe sua adequação formal e material em face do ordenamento pátrio. A constitucionalidade formal verifica-se quando a norma, na fase de sua elaboração, não apresenta vícios de competência legislativa, do devido processo legislativo e dos pressupostos objetivos do ato normativo. A constitucionalidade material, por sua vez, verifica-se quando o conteúdo da norma atende a preceito ou princípio da Carta Magna, sem confrontá-la.



CÂMARA DE VEREADORES
Proc. 98/22
Fl. 18
18

A Constituição da República de 1998, em seu artigo 1º¹, erigiu os Municípios a entes da Federação e assegurou-lhes, em seu artigo 18², a par da União, dos Estados e do Distrito Federal, autonomia própria, isto é, capacidade de *autogoverno, auto-organização, autoadministração e autolegislação*.

A capacidade de *autolegislação* dos Municípios está consagrada nos **incisos I e II do artigo 30 da Constituição da República**, ao estabelecerem que compete aos referidos entes legislar sobre assuntos de interesse local³ (inc. I) e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (inc. II). Portanto, os Municípios detêm autonomia para produzir normas sobre assuntos de interesse próprio, podendo, inclusive, quando cabível, suplementar leis federais e estaduais.

Cumprir que a Constituição do Estado de Rondônia também dispõe, em seu **artigo 122**, que os municípios rondonienses legislarão sobre assuntos de interesse local, observado o disposto no artigo 30 e incisos da Constituição da República, senão vejamos:

Art. 122 – *Os municípios legislarão sobre assuntos de interesse local, observando o disposto no art. 30, incisos I a IX da Constituição Federal.*

IV.1 – Constitucionalidade formal

Sob o aspecto **formal, subjetivo e orgânico**⁴, não vislumbro qualquer violação às normas constitucionais, tendo em vista que, tratando-se de Projeto de Lei que versa sobre a titularidade de débitos por serviço prestado por uma autarquia municipal (SAAE), trata-se de interesse local,

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e **Municípios** e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

² Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

³ Discorre José Cretella Júnior: “Se Município é a pessoa jurídica de direito público interno encarregado da Administração local, é claro que a regra do ‘peculiar interesse’ vai fixar a competência daquele sujeito de direito público. Sabendo-se que ‘peculiar interesse’ é predominância, prevalência, primazia e não exclusividade (porque não há assunto local que não seja ao mesmo tempo assunto geral), impõe-se a conclusão lógica e jurídica de que a competência do Município, em regular determinado assunto, é fixado pela ‘peculiaridade’, ‘singularidade’, ‘prevalência’ ou ‘primazia’ da matéria regulada” (CRETELLA JÚNIOR, José. Direito Municipal. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1975, p. 71.)

⁴ Como o próprio nome induz, a *inconstitucionalidade formal*, também conhecida como *nomodinâmica*, verifica-se quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contiver algum vício em sua “forma”, ou seja, em seu processo de formação, vale dizer, no processo legislativo de sua elaboração, ou, ainda, em razão de sua elaboração por autoridade incompetente” (Lenza, Pedro. Direito constitucional esquematizado® – 22. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 260).

em consonância com o disposto no **art. 30, inciso I, da Constituição Federal** e do **art. 122 da Constituição do Estado de Rondônia** – compete a este ente federativo editar normas que encerram suas peculiaridades cinscunscricionais.



Ainda nesse contexto, também não evidencio qualquer ofensa ao devido processo legislativo, pelo menos não até o presente momento, eis que os atos processuais até aqui realizados são legítimos e o projeto de lei em análise é de iniciativa legislativa concorrente (art. 67, LOM), pois não se insere nas hipóteses de competência exclusiva do Prefeito ou da Câmara Municipal no que tange à deflagração do processo legislativo.

Quanto aos pressupostos objetivos do ato normativo, deixo de analisá-los, pois que inaplicáveis ao caso em análise⁵.

IV.II – Constitucionalidade material

Dito isso, sob o **aspecto material**⁶, verifico que a proposta legislativa, de igual maneira, não colide com as normas da Lei Maior, não havendo elementos que indiquem qualquer violação a preceitos e princípios das Constituições Federal e Estadual.

Cumprir destacar que os débitos pelo fornecimento de água são "*propter rem*", ou seja, em razão da coisa, o que poderia ser um óbice no que tange à transferência do débito ao seu legítimo devedor, pois entende-se que o serviço seria prestado ao imóvel.

Ocorre que o imóvel em questão é instrumento de acesso ao serviço prestado (água/esgoto) e não se beneficia diretamente. Assim, quem efetivamente se vale do serviço público é aquele que ocupou o imóvel, quem efetivamente se valeu da água e do esgoto diretamente, sendo,

⁵Pedro Lenza cita como exemplos de violação a esse requisito a edição de medida provisória sem os requisitos de relevância e urgência exigidos pelo art. 62, *caput*, CR/88, e a edição de lei estadual que cria município sem observância do art. 18, § 4º, CR/88 (op. cit., p. 194), o que, conforme se vê, não se aplica ao caso destes autos.

⁶ Por seu turno, o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afrontar qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material. Não nos interessa saber aqui o procedimento de elaboração da espécie normativa, mas, de fato, o seu conteúdo. Por exemplo, uma lei discriminatória que afronta o princípio da igualdade" ((Lenza, Pedro. Direito constitucional esquematizado® – 22. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 263).

portanto, deste o ônus financeiro em quitar eventual débito, inclusive contestá-lo.



O artigo 23, inciso VIII, da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato) dispõe que o locatário é obrigado a pagar as despesas de telefone e de consumo de força, luz e gás, água e esgoto. Transferir a responsabilidade ao proprietário sem que o mesmo tenha concorrido com o fato, é ultrapassar a personificação jurídica do devedor

V – CONCLUSÃO

*Ante o exposto, sob a égide dos princípios e objetivos fundamentais engendrados na Constituição da República Federativa do Brasil, analisados e interpretados de forma sistêmica com o ordenamento jurídico vigente e os demais valores ali consagrados, por ser **FORMAL e MATERIALMENTE CONSTITUCIONAL**, em estrita observância ao princípio da LEGALIDADE, exara-se parecer **FAVORÁVEL** ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei nº 6.377/2022, podendo, assim, prosseguir o processo legislativo até a deliberação plenária.*

Ressalta-se, para todos os efeitos, que o parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final sobre a procedência e pertinência da matéria compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o parecer. SMJ.

Câmara de Vereadores de Vilhena, 20 de maio de 2021

EBENÉZER DONADON GARDINI
Advogado da Câmara Municipal
OAB/RO 10.530